**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**

**AUTÓGRAFO NÚMERO 125/16**

**PROJETO DE LEI NÚMERO 094/16**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2017 e dá outras providências.

##### CAPÍTULO I

**DAS DIRETRIZES GERAIS**

 **Art. 1º** Nos termos da Constituição Federal, art. 165, §2°, da Lei n° 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município, esta lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

 **Art. 2º** A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e as entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

1. Promover o desenvolvimento e o crescimento econômico do Município;
2. Modernização na ação governamental;
3. Melhoria da mobilidade urbana;
4. Humanização da saúde;
5. Gestão pública dinâmica, eficiente e transparente.
6. Prioridade de investimentos nas áreas sociais;
7. Austeridade na gestão dos recursos públicos;

##### CAPÍTULO II

**DAS METAS E PRIORIDADES**

 **Art. 3º** As metas fim e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017 especificadas no Anexo VI-A , que integra esta Lei, também estarão estabelecidas por programas constantes do Plano Plurianual relativo ao período 2014/2017, assim como as fontes de financiamento destes programas governamentais, especificadas no Anexo I.

 **Art. 4º** As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2017 são aquelas apresentadas no Demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrados em:

* Demonstrativo I – Metas anuais;
* Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
* Demonstrativo III – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
* Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;
* Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
* Demonstrativo VI-a – Avaliação da Situação Financeira do RPPS;
* Demonstrativo VI-b – Avaliação da Situação Atuarial do RPPS;
* Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;
* Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

 **Parágrafo único.** Os demonstrativos I e III de que trata o “caput” são expressos em valores correntes e constantes. Caso ocorram mudanças no cenário macro-econômico do País, seus valores poderão ser alterados, conforme Decreto do Poder Executivo.

 **Art. 5º** Integra esta Lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

##### CAPÍTULO III

**DOS PRAZOS**

 **Art. 6º** O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção e demais providências.

 **§ 1º** A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2017 e a remeterá ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele poder.

 **§ 2º** Não sendo devolvido ao Poder Executivo o autógrafo de Lei Orçamentária até o final do exercício de 2016, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, tendo como base o cronograma de desembolso executado pela Lei Orçamentária do exercício de 2016.

 **Art. 7º** As entidades da administração indireta e o legislativo deverão encaminhar mensalmente para fins de consolidação das contas públicas pela prefeitura, até o dia 15 do mês subseqüente ao encerramento do mês, os relatórios demonstrativos das receitas e despesas, além de outros que se fizerem necessários para esse fim.

 **Parágrafo único**. Em caso de não observância ao disposto no “caput” por parte das entidades, as prestações de contas aos sistemas de controles externos exercidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos Ministérios seguirão sem as informações das entidades e o fato será imediatamente comunicado ao Tribunal de Contas do Estado para providências.

##### CAPÍTULO IV

**DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

 **Art. 8º** As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas orçamentárias parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

 **Art. 9º** A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterá ainda reserva de contingência e compreenderá o orçamento fiscal e da seguridade social referentes aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus Fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal.

 **§ 1º** A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observarão as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

 **§ 2º** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 1% da Receita Corrente Líquida.

 **Art. 10.** A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos termos do artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 04/05/2001 e orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

 **Art. 11.** A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

 **Art. 12.** As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês.

 **§ 1º** Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária.

 **§ 2º** As taxas de poder de polícia deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

 **Art. 13.** A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo compor-se-á de:

1. Mensagem;
2. Projeto de lei orçamentária;
3. Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios.
4. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
5. Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
6. Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

 **Art. 14.** Constarão da proposta orçamentária do Município, demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas das Entidades das Administrações Direta e Indireta.

 **Art. 15.** Caso os valores previstos nesta Lei se apresentem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, poderão ser reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

 **Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a executar a compatibilização entre as peças de planejamento (PPA 2014/2017 e LDO 2017) caso ocorra o evidenciado no “caput” deste artigo.

 **Art. 16.** A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, que será equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2017, e será destinada a:

1. Cobertura de créditos adicionais;
2. Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

 **Art. 17.** O planejamento orçamentário do município será elaborado e acompanhado pela Comissão de Planejamento, regulamentada por meio de Decreto do Poder Executivo.

 **Parágrafo único.** Entende-se por planejamento orçamentário os seguintes instrumentos de planejamento: PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual.

##### CAPÍTULO V

**DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

 **Art. 18.** Visando o aperfeiçoamento e atualização da legislação, o Poder  Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

1. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
2. Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
3. Revisão das taxas objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;
4. Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
5. Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

##### CAPÍTULO VI

**REPASSES AO TERCEIRO SETOR**

 **Art. 19.** A concessão de Auxílios e Subvenções dependerá de autorização por Lei específica.

**Art. 20.** Sem prejuízo das disposições previstas em Lei específica, para serem beneficiadas com recursos públicos, as entidades deverão atender os seguintes requisitos:

1. Estar estabelecida e comprovadamente exercendo suas atividades no município em período superior a 12 (doze) meses;
2. Comprovar através de ata a regularidade da atual diretoria;
3. Apresentar certidões negativas de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
4. É vedado qualquer tipo de repasse financeiro para entidades do terceiro setor cujos dirigentes sejam também agentes políticos do município;
5. Não será autorizado novo repasse de recursos a entidades que tenham prestação de contas pendentes.

##### CAPÍTULO VII

**DA LIMITAÇÃO DAS DESPESAS**

 **Art. 21**. Na forma do artigo 13 da Lei Complementar 101, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá as metas bimestrais para a realização das receitas, e o Cronograma de Desembolso mensal.

 **§ 1º** Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subseqüentes, o Executivo e o Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

 **§ 2º**   Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

 **§ 3º**  Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

 **§ 4º**  Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e despesas com pessoal e encargos.

 **§ 5º**  A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

 **Art. 22.** A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

##### CAPÍTULO VIII

**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL**

 **Art. 23.** O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no art. 169, § 1º da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos art. 20, 22, § único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e cumpridas às exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal, ficando autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

1. Concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e
2. Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

 **§ 1º**  Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

 **§ 2º**  No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos art. 29 e 29-A da Constituição Federal.

##### CAPÍTULO IX

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

 **Art. 24.** O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

1. Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
2. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
3. Abrir créditos suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco) do orçamento total das despesas, nos termos da legislação vigente;
4. Abrir créditos suplementares em virtude do excesso de arrecadação apurado no mês ou com base na sua projeção;
5. A abrir no curso da execução do orçamento de 2017, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, até o limite dos valores efetivamente recebidos;
6. Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa;
7. Abrir créditos suplementares até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;
8. Firmar parcerias com outros entes da Federação, para manutenção de suas atividades, bem como as do Município.

 **§ 1º** Os créditos suplementares de que trata o inciso VII não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso III.

 **§ 2°** A autorização prevista no inciso V é destinada para os casos em que já exista no orçamento a funcional programática completa (função, subfunção, programa, ação, categoria) e exista a necessidade da criação de outra Fonte de Recursos para a mesma classificação.

  **§ 3º** Para atendimento ao item VI, considerar-se-á “mesma categoria de programação” a despesa que estiver alocada dentro de um mesmo Órgão, Unidade Orçamentária, Unidade Executora, Função de Governo, Subfunção de Governo, Programa de Governo, Destino (Ação) e Categoria Econômica.

 **Art. 25**. Não se considera abertura de crédito adicional suplementar a simples modificação das fontes de recursos e dos códigos de aplicações das dotações, quando necessários ao ajuste da execução orçamentária.

 **Parágrafo único.** As modificações de que trata o caput serão efetivadas por ato do chefe do executivo.

 **Art. 26.** O Município poderá conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante leis específicas.

 **Art. 27.** Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que firmados os respectivos convênios, termo de acordo, ajuste ou congênere e haja recursos orçamentários disponíveis.

 **Art. 28.** Para a execução dos programas governamentais pelas entidades da Administração Indireta Municipal, o Poder Executivo poderá efetuar repasses através de transferências financeiras concedidas.

 **Parágrafo único.** A Lei Orçamentária Anual conterá relatório que demonstre os repasses financeiros a serem executados em 2017, listando os órgãos recebedores e seus respectivos valores.

 **Art. 29.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de 2016 (dois mil e dezesseis).

### ELIAS CHEDIEK

### Presidente

dlom

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**

**AUTÓGRAFO NÚMERO 125/16**

**EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI NÚMERO 094/16**

**AUTORA: VEREADORA JULIANA DAMUS**

**Acrescente-se somando o valor abaixo ao total previsto no programa já existente:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| Planejamento Orçamentário - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos |
| **Custos para o Exercício****2016** |
|  |  |  |  |
|  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Acrescente-se ao:** |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **PROGRAMA** |  |  |  |
| PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DO PROGRAMA** | **Nº** | 0060 |  |
|  |  |  |  |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** |  |  |  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TURISMO |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** | **Nº** | 03 |  |
|  |  |  |  |
| **OBJETIVO** |  |  |  |
| Implantação do Museu da Roça no distrito de Bueno de Andrada, sendo um equipamento a ser destinado como centro cultural e de informações turísticas estadual, loja de artesanato e produtos artesanais produzidos em agricultura familiar e culinária caipira. |
|  |  |  |  |
| **JUSTIFICATIVA** |  |  |  |
| Incentivar o turismo rural e garantir a preservação da memória local pela sua importância no desenvolvimento econômico. |
|  |  |  |  |
| **METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO** |
| **Indicadores** | **Unidadede Medida** | **ÍndiceRecente** | **ÍndiceFuturo** |
| Turismo Rural | % | 0,00% | 100,00% |
|  |  |  |  |
| **CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA** |   |  **R$ 50.000,00**  |

 |
|  |

**Valor a ser anulado do programa nº 9999** **RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**

**AUTÓGRAFO NÚMERO 125/16**

**EMENDA Nº 02 AO PROJETO DE LEI NÚMERO 094/16**

**AUTORA: VEREADORA JULIANA DAMUS**

**Acrescente-se somando o valor abaixo ao total previsto no programa já existente:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| Planejamento Orçamentário - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos |
| **Custos para o Exercício****2016** |
|  |  |  |  |
|  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Acrescente-se ao:** |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **PROGRAMA** |  |  |  |
| CIDADE DESENVOLVIDA, HUMANA E INTEGRADA |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DO PROGRAMA** | **Nº** | 0095 |  |
|  |  |  |  |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** |  |  |  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** | **Nº** | 02 |  |
|  |  |  |  |
| **OBJETIVO** |  |  |  |
| Aquisição de equipamentos para contenção, captura e manejo de animais. |
|  |  |  |  |
| **JUSTIFICATIVA** |  |  |  |
| Facilitar o trabalho dos responsáveis pela contenção, captura e manejo e proteger os animais durante o resgate. |
|  |  |  |  |
| **METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO** |
| **Indicadores** | **Unidadede Medida** | **ÍndiceRecente** | **ÍndiceFuturo** |
| Recolhimento de animais. | % | 0,00% | 100,00% |
|  |  |  |  |
| **CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA** |   |  **R$ 20.000,00**  |

 |
|  |

**Valor a ser anulado do programa nº 9999** **RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**

**AUTÓGRAFO NÚMERO 125/16**

**EMENDA Nº 03 AO PROJETO DE LEI NÚMERO 094/16**

**AUTORA: VEREADORA JULIANA DAMUS**

**Acrescente-se somando o valor abaixo ao total previsto no programa já existente:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| Planejamento Orçamentário - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos |
| **Custos para o Exercício****2016** |
|  |  |  |  |
|  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Acrescente-se ao:** |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **PROGRAMA** |  |  |  |
| CIDADE DESENVOLVIDA, HUMANA E INTEGRADA |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DO PROGRAMA** | **Nº** | 0095 |  |
|  |  |  |  |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** |  |  |  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** | **Nº** | 02 |  |
|  |  |  |  |
| **OBJETIVO** |  |  |  |
| Castração e implantação de chips em cães e gatos. |
|  |  |  |  |
| **JUSTIFICATIVA** |  |  |  |
| Evitar a superpopulação de animais domésticos, promovendo o equilíbrio entre saúde pública e o bem estar animal, além de possibilitar a sua identificação. |
|  |  |  |  |
| **METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO** |
| **Indicadores** | **Unidadede Medida** | **ÍndiceRecente** | **ÍndiceFuturo** |
| Animais abandonados | % | 0,00% | 100,00% |
|  |  |  |  |
| **CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA** |   |  **R$ 130.000,00**  |

 |
|  |

**Valor a ser anulado do programa nº 9999** **RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**

**AUTÓGRAFO NÚMERO 125/16**

**EMENDA Nº 04 AO PROJETO DE LEI NÚMERO 094/16**

**AUTORA: VEREADORA JULIANA DAMUS**

**Acrescente-se somando o valor abaixo ao total previsto no programa já existente:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |
| --- |
| Planejamento Orçamentário - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos |
| **Custos para o Exercício****2016** |
|  |  |  |  |
|  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Acrescente-se ao:** |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **PROGRAMA** |  |  |  |
| CIDADE DESENVOLVIDA, HUMANA E INTEGRADA |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DO PROGRAMA** | **Nº** | 0095 |  |
|  |  |  |  |
| **UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** |  |  |  |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** | **Nº** | 02 |  |
|  |  |  |  |
| **OBJETIVO** |  |  |  |
| Aquisição de trailer equipado para o atendimento médico veterinário de forma descentralizada. |
|  |  |  |  |
| **JUSTIFICATIVA** |  |  |  |
| Realizar campanhas de conscientização da comunidade sobre o respeito aos animais e atendimento médico veterinário (consulta, vacinação, vermifugação, castração, etc) nos bairros da cidade. |
|  |  |  |  |
| **METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO** |
| **Indicadores** | **Unidadede Medida** | **ÍndiceRecente** | **ÍndiceFuturo** |
| Cuidados com os animais domésticos | % | 0,00% | 100,00% |
|  |  |  |  |
| **CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA** |   |  **R$ 200.000,00**  |

 |
|  |

**Valor a ser anulado do programa nº 9999** **RESERVA DE CONTINGÊNCIA**